

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

2

DA ARBITRAGEM	19
2.1 Origem histórica e evolução do instituto	22
2.2 Natureza jurídica.....	33
2.3 Princípios da arbitragem	44
2.4 Arbitragem avulsa ou <i>ad hoc</i> e institucional.....	52
2.5 Efetividade do instituto na resolução de conflitos.....	55
2.5.1 O árbitro	65

2.6	O acesso à justiça e a necessária desobstrução do Judiciário.....	71
2.6.1	Causas da sobrecarga do Poder Judiciário.....	75
2.6.2	Consequências.....	83
2.6.3	O acesso à justiça na lição de Cappelletti	89
2.6.4	A arbitragem como forma de acesso à justiça	98

3

	A FUNÇÃO NOTARIAL	107
3.1	O histórico do notariado.....	108
3.1.1	A evolução do notariado no direito comparado e no Brasil.....	114
3.2	Notariado latino: conceito e capacitação jurídica dos profissionais	125
3.3	A atuação imparcial do notário	146
3.4	O tabelião como mediador: o início da evolução.....	150
3.4.1	Provimento n. 17/2013 da Corregedoria Geral da Justiça de São Paulo.....	159
3.4.2	Lei Federal n. 13.140/2015	161
3.4.3	Provimento n. 67/2018 do Conselho Nacional de Justiça	162
3.4.4	Provimento n. 72/2018 do Conselho Nacional de Justiça	166
3.5	Os benefícios da atuação do tabelião na solução de conflitos.....	168

4

O NOTÁRIO NA ATIVIDADE ARBITRAL	181
4.1 Possibilidade jurídica de o tabelião atuar como árbitro.....	181
4.2 A diminuição do risco e de custos na atividade empresarial decorrentes da escolha pela arbitragem notarial.....	204
4.3 A sentença arbitral do tabelião poderia ser revista pelo Judiciário?.....	208
4.4 Formação de título judicial ou extrajudicial?	209
4.5 Sigilo.....	211
4.6 Câmara Notarial Arbitral Brasileira.....	213
4.7 A cláusula compromissória em escritura pública. Ausência de conflito de interesses.	216
4.8 Os emolumentos	218
4.8.1 Gratuidade de justiça.....	224
 CONCLUSÃO	 225
 Referências	 229